

Defensoria Pública abre posto rápido no Fórum de Ceilândia

Pedidos de pensão alimentícia poderão ser resolvidos em cinco dias. Até o final do ano, seis pontos de atendimento serão inaugurados

Clarissa Lima
Da equipe do **Correio**

Adona de casa Flávia Messias, 23 anos, nem contava que poderia ser tão rápida a resolução de um pedido de pensão alimentícia na Defensoria Pública em Ceilândia. Separada há 19 meses do primeiro marido, com quem teve Micon Douglas, 3 anos, ela se queixa de nunca ter recebido nenhum tipo de ajuda do ex-cônjuge. "Já chegou a faltar leite para o meu filho", conta. Ontem, ela resolveu entrar, pela primeira vez, com um pedido de pensão na Defensoria Pública.

Em apenas cinco dias, a Defensoria se compromete a resolver os pedidos deste tipo de ação, que em geral demoram um mês para serem solucionados. O fim da burocracia foi decretado ontem com a criação do Posto Rápido na Defensoria Pública de Ceilândia. Esta é a terceira cidade do Distrito Federal a contar com o serviço, depois de Taguatinga e Gama.

Os postos rápidos funcionam entre 8h e 12h, quando os fóruns não abrem ao público. O atendimento é feito apenas para casos específicos, como pensões alimentícias. No Gama, a defensoria já está solucionando casos de investigação de paternidade. A Defensoria Pública pretende instalar seis novos postos até o final do ano e estender o atendimento aos pedidos de separação judicial.

"É uma forma de racionalizar o trabalho. As pessoas chegavam aqui bem cedo para serem atendidas só à tarde. Agora o serviço está mais rápido. Também queremos mostrar aos pais a sua responsabilidade com seus filhos, nem que seja de uma forma impositiva",

afirma o diretor-geral da Defensoria Pública do Distrito Federal, Archimedes Machado Cunha.

A prioridade pela pensão alimentícia não foi feita em vão. Esta é a ação que recebe o maior número de pedidos na Defensoria Pública. Só em Ceilândia, são de 80 a 100 casos por mês. Com a instalação deste serviço, as filas devem diminuir. Uma pessoa é atendida a cada três minutos, em média. A previsão é encaminhar 40 pedidos de pensão alimentícia por dia.

SEM AFETO NEM DINHEIRO

A história das mulheres que lutam para conseguir a pensão alimentícia dos filhos é quase sempre a mesma. Os pais abandonaram os filhos e alegam não ter dinheiro para contribuir com os custos familiares. A comerciária Ivani Pereira, 26 anos, não vê há um ano, a cor do dinheiro do pai da sua filha Samer Cristina, 6 anos. Separada há três anos do seu marido, ela só recebeu a contribuição durante doze meses. "Ele alega que porque casei de novo, não preciso mais do dinheiro", conta.

Já a camareira Maria Rosa dos Santos, 41 anos, mãe de duas filhas, recebe "de vez em quando" uma contribuição de R\$ 100,00 do seu marido, que trabalha como garçom. "E para receber este dinheiro tenho que insistir muito. Estou desempregada há quatro meses e não tenho mais como sustentar os meus filhos", lamenta.

Quem quiser entrar com pedido deve levar a certidão de nascimento do filho, certidão de casamento (ou certidão de nascimento da mãe, caso não seja casada oficialmente), Carteira de Identidade, CPF, indicação do endereço e previsão do salário do pai.

Se o ex-marido tiver emprego fixo, o cálculo da pensão é feito com

base no salário, em média 10% para cada filho. A contribuição não pode ultrapassar 30% do salário-base. Caso seja trabalhador autônomo, é feita uma previsão de ganhos, e o valor é estipulado a partir

"É UMA FORMA DE RACIONALIZAR O TRABALHO. AS PESSOAS CHEGAVAM AQUI BEM CEDO PARA SEREM ATENDIDAS SÓ À TARDE",

Archimedes Cunha
diretor-geral da Defensoria Pública do Distrito Federal

José Varella



Flávia Messias entrou com ação na Defensoria Pública: cem casos por mês

do salário-mínimo.

SERVIÇO

Posto Rápido na Defensoria Pública de Ceilândia. QNM 11, Área Especial 01. Fone: 371.0000